

MOÇAMBIQUE

Governo cria grupo de trabalho para acompanhar crise

O Governo moçambicano anunciou a criação de um Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Situação Financeira Internacional (GASI), com o objectivo de seguir sistematicamente a situação financeira interna e internacional.

O Grupo será presidido pelo ministro moçambicano das Finanças, Manuel Chang, e integrará os titulares das pastas de Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, da Indústria e Comércio, António Fernando, do Trabalho, Helena Taipe, da Agricultura, Soares Nhaca, e o governador do Banco Central de Moçambique, Ernesto Gove.

O porta-voz do Governo moçambicano, Luís Covane, indicou aos jornalistas que o Grupo de Trabalho "tem como funções proceder ao acompanhamento de desenvolvimento da crise financeira internacional e as suas repercussões na economia e sistema financeiro nacional".

A iniciativa visa igualmente "contribuir para uma maior eficácia e fortalecimento da supervisão das instituições financeiras nacionais e propor ao Governo medidas de mitigação do impacto dos efeitos da crise financeira internacional", destacou.

"O GASI vai formular recomendações ao Governo moçambicano sobre as políticas e reformas económicas, com vista a continuar a atrair o investimento directo estrangeiro", afirmou o porta-voz do executivo de Maputo.

O Grupo de Trabalho deverá fazer o levantamento da real situação económica das empresas públicas e privadas, devendo também confirmar as previsões de crescimento do país adiadas por diversas instituições financeiras internacionais.

Recentemente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as projecções de crescimento económico de Moçambique, que deverá se situar em 5,5 por cento este ano e 5,4 por cento em 2010, em consequência do "impacto da crise económica" mundial.

Segundo o FMI, a crise financeira mundial "vai resultar numa redução dos investimentos" e "alargar a incerteza quanto à provisão da ajuda oficial ao desenvolvimento".

Esta retracção do investimento vai verificar-se sobretudo em relação aos países que foram forçados a canalizar grandes volumes de recursos para o resgate dos respectivos planos financeiros.

O Governo moçambicano revelou que pelo menos dois dos 19 doadores do país, que

anualmente financiam cerca de 50 por cento do Orçamento, estão a reavaliar a sua participação "em face da crise financeira".

"Temos alguma informação de dois países que disseram que estão a fazer a avaliação da cooperação de forma geral, em face da crise financeira, e, em função disso, vão confirmar o desembolso ou não que prometeram no ano passado", afirmou à imprensa o ministro da Planificação e Desenvolvimento Rural moçambicano, Aiuba Cuereneia, sem adiantar quais são os parceiros em causa.

Também os economistas do Banco Português de Investimentos (BPI) previram, no mês passado, que o país poderá enfrentar a falta de financiamento para os chamados "mega-projectos", devido à crise de crédito global.

No seu último relatório sobre a actividade económica em Moçambique, o BPI indica que, face à actual crise de crédito global, a falta de financiamento para os chamados "mega-projectos", é hoje o "maior risco para o crescimento da economia moçambicana".

Entre os projectos em causa, salientam os economistas do BPI no mesmo relatório, estão a barragem M'panda Nkua, que deveria arrancar no início de 2009, e a extensão da rede eléctrica em 1.400 quilómetros, além da expansão da capacidade produtiva da Hidroeléctrica de Cabora Bassa (HCB), que implica um investimento de mil milhões de dólares (795 milhões de euros).

Em dúvida está também a construção de outra siderurgia em Maputo, um projecto avaliado em dois mil milhões de dólares (1,59 mil milhões de euros), bem como "vários projectos de extracção mineira liderados por empresas de menor dimensão, devido à sua situação mais vulnerável". A fundição de alumínio Mozal, a maior empresa do país, anunciou, no mês passado, o despedimento este ano de 90 dos seus 1.150 trabalhadores devido à diminuição da produção e à necessidade de rever custos operacionais, em resultado da crise económica mundial e à diminuição em 10 por cento da energia fornecida pela África do Sul ao empreendimento.

"O Governo tem que fazer um acompanhamento daquilo que está a acontecer no mundo e aqui dentro do país. Esta é uma decisão que vai ajudar os nossos posicionamentos no tratamento desta matéria bastante delicada" (crise financeira mundial), disse Luís Covane.

1.º grupo de moçambicanos residentes na África do Sul recebe terrenos a 28 de Março em Bovola

O primeiro grupo das 1500 famílias moçambicanas residentes na África do Sul contempladas na atribuição de terrenos em Bovola, em Marraucene, por parte do governo, vai receber as suas parcelas no próximo dia 28 deste mês, numa cerimónia que poderá contar com a participação do presidente da República, Armando Guebuza; responsáveis administrativos daquela área do distrito de Marraucene; alto-comissário em Pretória, Fernando Fazenda, entre outras individualidades moçambicanas.

A informação foi dada a conhecer pelo cônsul-geral de Moçambique em Joanesburgo, Luís Silva, durante uma reunião nas instalações consulares em Rosebank, com os representantes das comunidades da África do Sul e Lesoto, que contou ainda com a participação do adido consular, Mário Júlio Tembe,

tendo como objectivo fazer um balanço das actividades e traçar um plano de acção para o presente ano.

Naquele encontro, foi igualmente feita uma revisão dos estatutos-guias das associações e exigido um grande empenho dos dirigentes associativos quanto ao processo de mobilização dos cidadãos, visando um grande envolvimento no acto de votação nas eleições presidenciais a ter lugar ainda este ano.

Aos dirigentes associativos preguiçosos, ou seja, que não fazem nada em prol das comunidades, também foi deixada uma chamada de atenção: serem substituídos todos aqueles que apenas se intitulam dirigentes, mas que não têm levado a cabo nenhuma acção. Sabe-se que de cinco em cinco anos as comunidades elegem os seus líderes.

Jonas Siteo, presidente das Comunidades Moçambicanas

de Gauteng, disse que outra acção a ter em conta durante o ano em curso, está relacionada com a eleição de um

presidente das comunidades em toda a África do Sul, uma orientação que foi dada pelo presidente da República e

repisada em Dezembro durante a habitual recepção às comunidades residentes fora do país.



A esquerda O CÔNSUL-GERAL DE MOÇAMBIQUE EM JOANESBURGO, LUÍS SILVA, E O ADIDO CONSULAR, MÁRIO JÚLIO TEMBE, DURANTE O ENCONTRO COM OS REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES DA ÁFRICA DO SUL E LESOTHO (Fotos António Muchave)



DIRIGENTES DAS COMUNIDADES FOTOGRAFADOS APÓS O ENCONTRO NO CONSULADO-GERAL DE MOÇAMBIQUE EM JOANESBURGO

Petromoc investe no aumento da capacidade de armazenamento de combustíveis

A Petróleos de Moçambique (Petromoc) vai este ano continuar a investir no aumento da capacidade de armazenamento de combustíveis nas três regiões do país, afirmou o presidente da empresa, Ma-

teus Kathupa.

Citado pelo jornal Notícias, de Maputo, Katupha, que não revelou números, disse que a iniciativa faz parte de um conjunto de desafios que a sua companhia tem para o pre-

sente ano e que passam pela abertura de novos postos de abastecimento de combustíveis, exploração dos campos de transformação de gás, bem como a construção de um oleoduto que transportará

derivados de petróleo do porto da Matola para a região industrial de Nelspruit, na África do Sul.

No caso do oleoduto para o transporte de derivados de petróleo da instalação oceânica da Petromoc do Lingamo, na Matola, até à África do Sul, com uma extensão de cerca de 450 quilómetros e uma capacidade de cerca de cinco milhões de metros cúbicos por ano, disse que as obras irão arrancar em finais do presente ano.

O principal impacto que se espera deste projecto é a redução das demoras no porto do Maputo, acelerando o trânsito, para além dos ganhos decorrentes da utilização das infra-estruturas portuárias, com o aumento da eficiência operativa, redução de roubos e consequente minimização dos custos e dos preços dos combustíveis.

Com um valor de investimento estimado de 537 milhões de dólares, o projecto estará operacional entre os anos 2010 e 2011.

No campo de transformação de gás, o envolvimento da Petromoc visa encontrar soluções para a transformação daquele combustível natural extraído em Pande e Temane em gás de cozinha para o abastecimento, fundamentalmente, do mercado doméstico.

PIB "per capita" aumentou 50 por cento em 4 anos

O Produto Interno Bruto "per capita" de Moçambique aumentou 50 por cento nos últimos quatro anos, afirmou na Namaacha o porta-voz do Governo e vice-ministro da Educação Luís Covane.

Em declarações no âmbito de uma reunião governamental alargada, Covane disse que o PIB "per capita" era de 301 dólares em 2004, aumentou para 356 dólares em 2006 e atingiu 473 dólares em 2008.

Na reunião, que incluiu, além dos membros do governo, os governadores provinciais e alguns membros do grupo parlamentar da Frelimo, o partido no poder, a primeira-ministra Luísa Diogo apresentou as actividades do governo nos últimos quatro anos.

Luís Covane disse ainda que o quadro macroeconómico mantém-se positivo não obstante a recessão na Europa e nos Estados Unidos da América, tendo acrescentado que a taxa de crescimento da economia foi de 7,9 por cento em 2004 e de 8,5 por cento em 2006.

Em 2008 ocorreu uma desaceleração do crescimento da economia que, mesmo assim, cresceu 6,5 por cento, acima, de acordo com Covane, do crescimento populacional, prevendo-se para 2009 um taxa entre 6 e 8 por cento.

Sectores público e privado contraem empréstimos no mercado internacional

Os sectores público e privado de Moçambique vão este ano contrair empréstimos no montante de 955 milhões de dóla-

res no mercado financeiro internacional, de acordo com o Plano Económico Social de 2009 no capítulo referente à

Balança de Pagamentos.

Daquele montante, o sector privado vai beneficiar de uma fatia de 386 milhões de dólares, dos quais 261 milhões serão encaixados pelos grandes projectos.

A dívida do sector privado representará um aumento de 117 milhões de dólares comparativamente ao total projectado para o ano passado. Em relação ao serviço da dívida, o sector privado espera reembolsar, este ano, 429 milhões de dólares, sendo que 266 milhões estarão a cargo dos grandes projectos.

O valor do reembolso corresponde a um aumento de 39 milhões de dólares se comparado ao previsto para 2008. O sector público, por seu turno, prevê um financiamento externo de 569 milhões de dólares em 2009, contra os 563 milhões previstos para 2008, portanto, um aumento de 6 milhões de dólares.

Empresas chinesas apresentam 30 propostas de investimento

Vinte empresas chinesas apresentaram, em Maputo, no decurso de um seminário sobre investimentos entre Moçambique e a República Popular da China, 30 propostas de investimento.

Trata-se, de entre outras, de propostas de investimento para os sectores de processamento de madeira, energia solar, construção civil e climatização.

Na capital moçambicana Ma-

puto encontra-se uma delegação de empresários chineses constituída por 72 pessoas, liderada por Tian Chenzhong, vice-governador da província de Hubei.

O ministro moçambicano das Pescas, Cademiel Muthemba, encorajou os homens de negócios chineses presentes em Maputo, dizendo que muitas reformas estão a ser levadas a cabo de modo a tornar agradável o ambiente de negócios

de Moçambique.

Mocambique reformou no seu ordenamento jurídico, entre outros, a Lei do Trabalho e o Código Comercial, sendo hoje possível abrir uma empresa em algumas horas.

De destacar nas reformas aprovadas pelo governo a não-exigência do capital mínimo para a constituição de uma empresa.

A China está entre os dez maiores investidores de 2008

em Moçambique, segundo o Centro de Promoção de Investimentos (CPI).

Na abertura da sessão, o embaixador da China em Moçambique, Tian Guangfeng, disse que as relações comerciais bilaterais aprofundaram-se nos últimos dois anos, tendo o comércio passado de 22 milhões de dólares em 2002 para atingir 346 milhões de dólares nos primeiros 10 meses de 2008.